

PROPOSTAS DE MESAS REDONDAS - ÁREA TEMÁTICA: PROPOSTA DE
MESA REDONDA

**O USO DE SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS COMO FERRAMENTA PARA
APOIAR O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL**

Profa Lígia Mori Madeira (ligiamorimadeira@gmail.com)

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (ludmila.ribeiro@gmail.com)

Bernardo Alves Furtado (furtadobb@gmail.com)

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema estrutural profundamente enraizado nas desigualdades de gênero, raça e classe, cuja relevância pública significa uma mudança na concepção cultural da dominação violenta dos homens sobre as mulheres. A violência de gênero abrange principalmente a violência contra as mulheres no âmbito doméstico, muitas vezes culminando com desfecho morte. O Brasil possui uma das maiores taxas do mundo, ocupando o quinto lugar, atrás de países como El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, em mortes violentas de mulheres. Dados do IPEA (2019) indicam um aumento de 30% nas taxas de feminicídio entre 2007 e 2017, de 3,9 para 4,7/100.000 feminicídios no período, diminuindo ligeiramente em 2019 para uma taxa de mortalidade feminina por agressão de 3,5 por 100.000 mulheres, com variações de 1,7 a 12,5 entre as Unidades da Federação (Palma, 2022). A violência não é distribuída uniformemente pelo Brasil. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentam taxas de homicídio mais altas do que as regiões Sul e Sudeste (Wanzinack & Melo, 2021). Essa desigualdade regional se deve a fatores de desenvolvimento humano, refletindo a relação do fenômeno com desigualdades

socioeconômicas e diferenças geográficas, etárias e raciais (Leite et al., 2017). A VPI responde aos mesmos fatores, sendo mulheres que vivem em cidades menores, com menos de 10.000 habitantes, e em áreas rurais, mais suscetíveis a esse tipo de violência (Pinto et al., 2021). Estudos mostram que mulheres pardas e negras são desproporcionalmente afetadas pela violência (Carvalho, 2022), sendo a discriminação racial um fator de risco significativo (Ávila, 2017). Mulheres negras e de baixa renda são as vítimas mais frequentes de VPI. Femicídios também afetam desproporcionalmente mulheres negras, tanto em termos absolutos quanto em padrões de crescimento (da Violência, 2024). Os métodos também diferem, com a morte por arma de fogo sendo mais comum entre mulheres não brancas, enquanto outros métodos, como enforcamento, estrangulamento ou sufocamento, são mais comuns entre mulheres brancas (Monteiro et al., 2021). A violência afeta principalmente mulheres em idade reprodutiva (Carvalho, 2022), com baixos níveis de escolaridade (Stockl et al., 2011) e baixa renda (Schraiber et al., 2008), com diferenças de idade entre vítimas de homicídio e outros tipos de violência. Mulheres mais jovens tendem a sofrer

violência em locais públicos, enquanto mulheres mais velhas são mais suscetíveis à violência doméstica (Nunes, 2022). A vitimização de mulheres jovens em casos de feminicídio é uma característica distintiva do fenômeno no Brasil (Orellana et al., 2019). Entre 2007 e 2017, 28,5% dos homicídios de mulheres ocorreram dentro de casa, provavelmente feminicídios decorrentes de violência doméstica (Cerqueira et al., 2019). O fenômeno contra as mulheres especialmente em sua face doméstica tem sido historicamente negligenciado ou abordado de forma fragmentada, carecendo de uma abordagem abrangente para a compreensão de sua complexidade. Recentemente o uso de tecnologias e modelos integrados e dinâmicos têm sido utilizados como ferramentas de auxílio na identificação da chance de a mulher sofrer a violência, especialmente, aquela que pode desaguar na perda da vida, como é o caso do feminicídio. Dentre essas ferramentas, a simulação permite o estudar fenômenos sociais complexos como a contra a mulher, tanto por pesquisadores, quanto por formuladores de políticas. A simulação não apenas fortalece a análise quantitativa, mas também permite que os pesquisadores criem narrativas melhores, explorem mecanismos causais complexos e enquadrem intervenções políticas dentro de limites realistas. Apesar dos desafios, os métodos computacionais podem representar um avanço muito necessário na compreensão e abordagem da natureza

multifacetada dessa violência no Brasil. A mesa busca debater o uso da Modelagem Baseada em Agentes (MBA) como uma abordagem inovadora e compreensiva que permite o acompanhamento de políticas e análise de intervenções públicas no combate à violência de gênero no Brasil, capaz de fornecer informações mais precisas sobre a prevalência da violência por parceiro íntimo (VPI) e sobre a efetividade de políticas públicas de prevenção e resposta, a partir da combinação entre teoria ecológica, registros administrativos, indicadores sociais e modelagem dinâmica. Comporão a mesa a Professora Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Crisp-UFMG - <http://lattes.cnpq.br/3513195789991271>) e o Professor Bernardo Alves Furtado (IPEA - <http://lattes.cnpq.br/7882694814223141>), sob a coordenação da Professora Lígia Mori Madeira (UFRGS - <http://lattes.cnpq.br/6468093522228177>)

Palavras-chave: violência doméstica; políticas públicas; simulação; modelagem baseada em agentes.